

# ***Votação de 8 horas terminou na madrugada***

**ROSA COSTA**

BRASÍLIA — O governo fechou um acordo com o PMDB e o PSDB e, na última hora, o Congresso Nacional aprovou ontem de madrugada projeto de conversão da Medida Provisória 295 (que congelou preços e salários), aumentando o salário mínimo para Cr\$ 17 mil em março e Cr\$ 20 mil em abril. O PDT e o PT acharam insuficientes esses valores e votaram contra o acordo, acusando o PMDB e o PSDB de trair os trabalhadores. A votação terminou às 5 da manhã, com o plenário cheio e grande participação de deputados e senadores, apesar do cansaço. Muitos cochilaram entre as votações.

O projeto obteve voto favorável de 286 dos 394 deputados presentes. Na votação simbólica do Senado, apenas os parlamentares do PDT e do PT votaram contra. O plenário permaneceu lotado durante as oito horas de votação, iniciada às 21 horas. O presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), atribuiu isso "à disposição do novo Congresso".

A defesa da aprovação feita pelo líder do PSDB, José Serra (SP), e pelo líder do PMDB, Genebaldo Correa (BA), tornou-se o alvo das críticas da esquerda. "Os senhores romperam o acordo para melhorar a situação do trabalhador e fecharam com o governo", afirmou o deputado Luiz Salomão (PDT-RJ).

Serra ironizou os ataques: "Críticas é fácil, quero ver é como o Congresso vai enfiar a pasta de dente de volta ao tubo, caso ocorra o buraco negro". O líder tucano disse que era necessária uma atitude construtiva para evitar uma situação incontrollável no País. "O Plano Collor 2 foi feito de forma autoritária e com erros técnicos, mas deve ser aprovado para evitar um declive, como aconteceu com a Argentina", argumentou.

O líder do PMDB repetia que o apoio do partido se prendia à condição provisória (validade de apenas seis meses) da política salarial em votação. "Amanhã mesmo começaremos a trabalhar em uma política salarial definitiva", afirmou Correa.

Os 14 deputados amigos do presidente da República — chamada de "bancada de amigos de Collor" pelo deputado Euclydes de Melo (PRN-SP), primo do presidente — se inscreveram para defender o projeto. Quatro conseguiram falar antes do acordo de líderes que reduziu o tempo destinado aos pronunciamentos. O deputado Gilvan Borges (PRN-AM) rasgou na tribuna um papel em branco, dizendo que era isso que as esquerdas estavam fazendo com suas teses. "Esses partidos estão votando contra as promessas que fizeram nos palanques", explicou.

Borges e o deputado Tony Gel (PRN-PE), outro defensor do projeto, receberam vaias de cerca de 30 sindicalistas da Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Os seguranças reprimiram a manifestação e impediram a exibição de uma faixa defendendo "salários justos para os trabalhadores".